

# Mateus 5:21-26

John Stott

*Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e Quem matar estará sujeito a julgamento.*  
<sup>22</sup>*Eu, porém, vos digo que todo aquele que (sem motivo) se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo.* <sup>23</sup>*Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti,* <sup>24</sup>*deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e então, voltando, faze a tua oferta.*  
<sup>25</sup>*Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão.*  
<sup>26</sup>*Em verdade te digo que não sairás dali, enquanto não pagares o último centavo.*

O mandamento *Não matarás* seria melhor expresso assim: “Não cometerás homicídio”, pois não é uma proibição contra a supressão da vida humana em qualquer circunstância, mas particularmente contra o homicídio ou assassinato. Isto fica claro diante do fato de que a mesma lei de Moisés, que no Decálogo proibia matar, em outro lugar ordena a morte, tanto na forma da pena capital como nas guerras, cuja finalidade era exterminar as corruptas tribos pagãs que habitavam a terra prometida. A guerra e a pena de morte, ambas são questões debatidas que sempre deixaram perplexas as consciências de cristãos sensíveis. E sempre houve cristãos a favor ou contra esta ou aquela posição. O que sempre se torna necessário frisar pelos cristãos envolvidos nesses debates é que, se o conceito de “guerra justa” é defensável e se a retenção da pena de morte é justificável, a vida humana não é uma coisa insignificante e facilmente descartável, mas exatamente o oposto, isto é, ela é preciosa por ser a vida de uma criatura feita à imagem de Deus. Aqueles que lutam pela abolição da pena de morte com base no fato de a vida humana (a do homicida) não poder ser tirada, esquecem-se do valor da vida da vítima do homicida: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; *porque Deus fez o homem segundo a sua imagem*”.<sup>1</sup> E aqueles que lutam pelo pacifismo incondicional esquecem que, embora o mutilamento e a morte indiscriminada dos civis seja totalmente indefensável, Deus deu à sociedade (quer ao Estado ou, por extensão, a alguma organização internacional) o direito e a responsabilidade de punir os malfeitores.<sup>2</sup> Menciono estas coisas agora, não porque as complexas questões envolvidas na guerra e na pena de morte possam ser aqui resolvidas, mas para argumentar que não podem ser resolvidas através de um apelo simplista ao mandamento *Não matarás*.

Os escribas e fariseus estavam evidentemente procurando restringir a aplicação do sexto mandamento apenas ao ato do homicídio, isto é, ao derramamento de sangue humano. Se pudessem esquivar-se disso, achavam que tinham obedecido ao mandamento. E, evidentemente, era o que os rabinos ensinavam ao povo. Mas Jesus discordou deles. A verdadeira aplicação da proibição era muito mais ampla, assegurou; incluía pensamentos e palavras, além de atos; cólera e insultos, além do homicídio.

A ira foi mencionada no começo do versículo 22: *todo aquele que (sem motivo) se irar contra seu irmão*. As palavras adicionais *sem motivo* aparecem na maioria dos manuscritos gregos, mas não nos melhores. Provavelmente são um comentário posterior e, portanto, foram omitidas nas revisões e traduções modernas. Não obstante, temos motivos para crer que a interpretação do que Jesus quis dizer é correta. Nem toda ira é maligna, conforme evidencia-se da ira de Deus, que

<sup>1</sup> Gn9:6.

<sup>2</sup> Rm 13:1 ss.

sempre é santa e pura. E até mesmo os seres humanos pecadores podem, às vezes, sentir a ira justa. Contudo, sendo pecadores, devemos assegurar que até mesmo esta ira justa seja tardia em aparecer e rápida em desaparecer.<sup>3</sup> Lutero certamente sabia, de sua própria experiência, qual o significado da ira justa. Ele a chamava de “ira do amor, aquela que não deseja mal algum a ninguém, aquela que é simpática para com a pessoa, mas hostil para com o pecado”.<sup>4</sup> A referência de Jesus, então, é à ira injusta, à ira do orgulho, da vaidade, do ódio, da malícia e da vingança.

Os insultos foram mencionados no final do versículo 22. Jesus nos adverte contra o chamar a nosso irmão de *raca* (provavelmente o equivalente à palavra aramaica que significa “oco”) ou *more* (a palavra grega para “tolo”). Parece que “raca” é um insulto à inteligência da pessoa, dizendo que ela é “cabeça-oca”, e os comentaristas rivalizam-se entre si, propondo paralelos, tais como “pateta”,<sup>5</sup> “estúpido”,<sup>6</sup> “parvo” ou “cabeça-dura”!<sup>7</sup> Um *débil mental* também é tolo, mas dificilmente a palavra seria usada neste sentido, pois até Jesus chamou os fariseus e seus discípulos de “tolos”<sup>8</sup> e os apóstolos, em determinadas ocasiões, acusaram seus leitores de estultícia.<sup>9</sup> Por isso, é preciso lembrar que a palavra adquiriu uma nuance religiosa e moral, tendo sido aplicada no Velho Testamento àqueles que negavam a existência de Deus e, como resultado, mergulhavam na prática temerária do mal.<sup>10</sup> Alternativamente, como alguns mestres sugerem, *more* pode transliterar uma palavra hebraica que significa “rebelde”, “apóstata” ou “renegado”<sup>11</sup> Neste caso, Tasker propõe seu parecer: “O homem que diz a seu irmão que este está condenado ao inferno, está ele mesmo em perigo de ir para o inferno.”<sup>12</sup>

Fica alguma dúvida sobre o significado preciso destes dois termos de insulto. Eram claramente derrisórios, epítetos insultuosos e a BLH assim se expressa: “Quem disser a seu irmão: ‘Você não vale nada... quem chamar seu irmão de idiota’.” Ao mesmo tempo, A. B. Bruce provavelmente preserva a principal diferença entre as palavras, ao escrever: “*Raca* expressa desprezo pela cabeça da pessoa: Você, seu estúpido! *Mare* expressa desprezo pelo seu coração e caráter: você, seu patife!”<sup>13</sup>

Estas coisas, pensamentos coléricos e palavras insultuosas, talvez não levem nunca à consumação do ato homicida. Mas, diante de Deus, são equivalentes ao homicídio. Conforme João escreveria mais tarde: “Todo aquele que odeia a seu irmão é assassino.”<sup>14</sup> A ira e o insulto são maus sintomas do desejo de acabar com uma pessoa que está no nosso caminho. Nossos pensamentos, olhares e palavras indicam que, como algumas vezes nos atrevemos a dizer, “gostaríamos que morresse”. Um desejo assim é uma infração do sexto mandamento. E torna a pessoa culpada sujeita às mesmas penalidades às quais o homicida se expõe, não literalmente em um tribunal humano (pois nenhum tribunal poderia acusar um homem por causa da ira), mas diante do tribunal de Deus.

O significado exato dos vários julgamentos tem sido muito discutido, mas pelo menos está claro que Jesus estava proferindo uma solene advertência quanto ao julgamento divino. Os rabinos talvez estivessem ensinando não só que o homicídio era a única infração ao sexto mandamento, mas também que a única penalidade para o homicídio era a sentença humana: *Quem matar estará sujeito a julgamento* (v. 21). Por isso Jesus acrescentou que *todo aquele que sem motivo se irar também estará sujeito a julgamento*. Embora as mesmas palavras gregas sejam usadas para

<sup>3</sup> cf. Tg 1:19 e Ef 4:26,27.

<sup>4</sup> P-76.

<sup>5</sup> Tasker, p. 68.

<sup>6</sup> Hunter, p.50.

<sup>7</sup> Lenski, pp. 217, 219.

<sup>8</sup> Mt 23:17; Lc 24:25.

<sup>9</sup> p.ex. 1 Co 15:36; Gl 3:1; Tg 2:20.

<sup>10</sup> Sl 14:1-4; Sl 53:1-4

<sup>11</sup> p.ex. Sl 78:8; Jr 5:23.

<sup>12</sup> p. 69.

<sup>13</sup> p. 107.

<sup>14</sup> Jo 3:15.

“julgamento”, no versículo 22 e no versículo 21, agora a referência deve ser ao julgamento de Deus, uma vez que nenhum tribunal humano é competente para julgar um caso de ira interna. Semelhantemente, Jesus continuou, o insulto não só nos exporá *a julgamento do tribunal*, mas também *ao inferno de fogo* (v. 22). Em ambos os casos, Jesus ampliava tanto a natureza da penalidade como a do crime. Não só a ira e o insulto são equivalentes ao homicídio, disse ele, mas o castigo ao qual nos deixam sujeitos é nada menos que o juízo divino do inferno.

“Se, pois...”, continuou Jesus dizendo (v. 23), e prosseguiu dando uma aplicação prática dos princípios que acabava de enunciar. Seu tema era que, sendo a ira e o insulto tão sérios e tão perigosos, então devemos fugir deles como se fossem praga e tomar precauções o mais rapidamente possível. Ele apresentou duas ilustrações: a primeira, da pessoa que vai ao templo oferecer sacrifícios a Deus (vs. 23, 24); e a segunda, da pessoa que vai ao tribunal responder a acusações (vs. 25, 26). Jesus expressou-as em termos culturais do seu tempo, quando o templo ainda existia e quando ainda se ofereciam sacrifícios. Talvez seja bom traduzir suas ilustrações em palavras um pouco mais modernas:

“Se você estiver na igreja, no meio de um culto de adoração, e de repente se lembrar de que seu irmão tem um ressentimento contra você, saia da igreja imediatamente e vá fazer as pazes com ele. Não espere que o culto termine. Procure seu irmão e peça-lhe perdão. Primeiro vá, depois venha. Primeiro vá reconciliar-se com o seu irmão, depois venha e ofereça sua adoração a Deus.”

E, ainda: “Se você tiver uma dívida e o seu credor levá-lo ao tribunal para receber o dinheiro dele de volta, acerte as contas com ele rapidamente. Entre num acordo antes de chegarem ao tribunal. Faça-o enquanto ainda estiverem a caminho do tribunal e pague a sua dívida. Caso contrário, ao chegarem no tribunal, será tarde demais. O seu acusador o processará diante do juiz e o juiz o entregará à polícia e você acabará na cadeia. Você não sairá de lá até que tenha pago o último centavo. Por isso, o pagamento *antes* da prisão seria muito mais sensato.”

As figuras são diferentes: uma é extraída da igreja; a outra, do tribunal. Uma diz respeito a um “irmão” (v. 23) e a outra refere-se a um inimigo (v. 25). Mas, em ambos os casos, a situação básica é a mesma (alguém tem um ressentimento contra nós) e a lição básica é também a mesma (a necessidade de ação imediata, urgente). No próprio ato da adoração, se nos lembrarmos da ofensa, deveremos interromper a nossa adoração, sair e acertar a situação. No próprio ato de irmos para nos apresentar ao tribunal, enquanto estamos nos dirigindo para lá, devemos acertar a nossa dívida.

Mas com que raridade atendemos à chamada de Cristo para a ação imediata! Se o homicídio é um crime horrível, a ira e o insulto malévolos também o são. E, do mesmo modo, é qualquer atitude, palavra, olhar ou pensamento através do qual ferimos ou ofendemos um outro ser humano. Precisamos ser mais sensíveis no que se refere a essas coisas. Nunca deveríamos permitir que uma desavença permanecesse, muito menos que se desenvolvesse. Não devemos retardar o fazer as pazes. Não devemos nem permitir que o sol se ponha sobre a nossa ira. Mas, *imediatamente*, logo que tivermos consciência de um relacionamento estremecido, devemos tomar a iniciativa de restaurá-lo, de pedir desculpas pelo ressentimento que provocamos, de pagar a nossa dívida, de fazer restituições. E Jesus extraiu estas instruções extremamente práticas do sexto mandamento como suas implicações lógicas! Se queremos evitar o homicídio perante Deus, devemos tomar todas as possíveis medidas positivas para vivermos em paz e em amor com todos os homens.

**Fonte:** Extraído de *Contracultura Cristã: A Mensagem do Sermão do Monte* John Stott, Editora ABU.